

Título: Percepção de risco do trabalho na produção artesanal de farinha em mulheres de uma comunidade ribeirinha do Amazonas

Título Resumido: Percepção de risco do trabalho em mulheres ribeirinhas do Amazonas

Autores: Hadassah R M Soares¹ e Tiótrêfis G Fernandes²

¹Discente do curso de Fisioterapia na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e aluna do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

²Doscente do curso de Fisioterapia na Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Correspondência

Hadassah R M Soares

Rua Catulo da Paixão, 167, Cj Nova República, Japiim

CEP: 69077-780

Email: hadassahmaia@hotmail.com

Resumo

Este trabalho objetivou avaliar a percepção de risco do trabalho de mulheres ribeirinhas diretamente envolvidas no processo de produção artesanal da farinha. O estudo foi realizado na Comunidade São Lázaro, município de Caapiranga-AM, Brasil. Trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, e se estabeleceu nos seguintes passos: construção de questionários que abordavam a rotina de trabalhos, presença e natureza de desconforto corporal/dor, condições de vida e acesso a serviço de saúde; visita de reconhecimento da comunidade; entrevistas individuais com 6 participantes selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos, e acompanhamento das atividades de produção realizadas. As entrevistas foram transcritas e analisadas em subcategorias de modo interpretativo, e os dados coletados revelaram importantes questões em relação à percepção de risco desta população, incluindo as cargas de trabalho, as maneiras de lidar com situações de perigo, o cuidado com a saúde e o uso de ferramentas para proteção individual. Os resultados evidenciaram a realidade de mulheres que apresentam alguma clareza sobre determinadas situações de risco, no entanto, esta percepção parece não ser suficiente para que sejam tomadas atitudes práticas para diminuir a sua exposição a estes riscos, seja pelo sentimento de impotência diante dos aspectos naturais que são imutáveis, o desconhecimento da dimensão dos prejuízos físicos que podem sofrer ou ainda a falta de clareza sobre maneiras de evita-los. Há necessidade de políticas públicas de apoio a esta atividade, orientação quanto aos cuidados básicos e utilização de equipamentos de proteção e, ainda, investimentos no que diz respeito à saúde local.

Palavras-chave: Percepção; Risco; População rural; Saúde ocupacional.

Abstract

This study evaluated the risk perception of the work of riverside women directly involved in the process of production of the flour. The study was conducted in the Community São Lázaro , municipality of Caapiranga-AM, Brazil. This is an exploratory and qualitative study that settled in the following steps: construction of questionnaires that addressed the routine work, the presence and nature of bodily discomfort/pain, living conditions and access to health services; Community recognition of access; individual interviews with six participants selected according to established criteria; and monitoring of production activities. The interviews were transcribed and analyzed in interpretive mode subcategories, and the data collected revealed important issues regarding the perception of risk in this population, including workloads, the ways to deal with dangerous situations, care for the health and use tools for personal protection. The results showed the reality of women who have some clarity on certain risk situations, however, this perception does not seem to be sufficient for practical steps are taken to reduce their exposure to these risks, is the feeling of helplessness in the face of natural aspects which are immutable, the ignorance of the extent of physical damage that may suffer or the lack of clarity about ways to avoid them. There is need for public policies to support this activity, guidance on basic care and use of protective equipment, and also investments in relation to local health.

Keywords: Perception; Risk; Rural population; Occupational health.

Contribuição dos autores

HMS participou do desenho do projeto, trabalhou na construção de instrumentais para as entrevistas, realizou coleta de dados in loco, fez a transcrição e análise do conteúdo e revisou a versão final do trabalho.

TGF participou do desenho do projeto, trabalhou na construção de instrumentais para as entrevistas, fez análise do conteúdo e revisou a versão final do trabalho.

Conflito de Interesses

Este estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), via edital 014/2014 e edital 008/2015 PIBIC-UFAM com bolsa CNPq.

Os autores declararam que não existe conflito de interesses.

PERCEPÇÃO DE RISCO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO ARTESANAL DE FARINHA EM MULHERES DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DO AMAZONAS

Introdução

Contextualização

A região amazônica apresenta como característica a presença de centenas de comunidades ribeirinhas instaladas ao longo das margens de seus rios. A distância geográfica, o difícil acesso fluvial, a limitação de recursos financeiros e a riqueza natural da floresta levaram o ribeirinho a um modo de vida rural, em constante interação com a natureza de onde retira os recursos para o seu sustento¹. Em contextos assim, todos os indivíduos são importantes no sustento da família e da comunidade. Fraxe² esclarece que as divisões da força de trabalho são articuladas dentro de casa para que cada integrante da família tenha um papel útil. Nesta forma de organização, o papel da mulher vem ganhando destaque, uma vez que, em algumas comunidades, assume a responsabilidade não somente do cuidado da casa e dos filhos como também das atividades de agricultura. Assim, o estudo do trabalho de produção artesanal da farinha realizado por elas se torna relevante por diversas razões, dentre elas a intensa jornada de trabalho diário, o modo artesanal de realização das atividades e as difíceis condições de vida³.

Percepção de risco

O processo de trabalho realizado por um indivíduo pode ser produtor de saúde e/ou doença, dependendo da natureza do trabalho, das condições físicas e psíquicas para a realização das tarefas e da demanda exigida para a atividade. A influência destes aspectos deve ser analisada para se compreender a conexão entre o trabalho e o processo saúde-doença e conseqüentemente a percepção desta relação⁴.

Wiedemann (1993, p.3 apud Peres *et al* 2005, p.1837)⁵ salienta que o ponto de partida para o estudo da percepção de risco deve se dar na diferença da percepção entre o “leigo” e o “especialista”. Este adquiriu conhecimentos sobre o objeto em questão ao longo de sua vida, diferente daquele que não tem conhecimento suficiente sobre o objeto e ignora os riscos envolvidos. É válido ainda entender que quando o indivíduo desconhece seus limites ou

os métodos adequados de prevenção, o aparente descaso relativo ao risco pode ser aumentado gerando até novos problemas de saúde mental e física⁶.

Nas diversas áreas de trabalho, o estudo da percepção de risco tem sido fundamental para levantamento de informações e construção de práticas adequadas para a preservação do sujeito. Um exemplo disto foi um estudo realizado com um grupo de trabalhadores rurais do Rio de Janeiro, onde foram realizadas entrevistas individuais e observação do trabalho dos participantes, e verificou-se que a percepção de risco deste grupo diferenciava muito da percepção dos técnicos que ali prestavam serviço eventualmente explicando a razão pela qual algumas estratégias de intervenção não tinham obtido sucesso⁵.

No entanto, alguns autores relatam que um dos maiores obstáculos para o estudo adequado deste tema é o pouco tempo disponível em pesquisa de campo, que muitas vezes demanda a permanência do pesquisador no local de estudo por dias a fim de levantar os dados necessários. Diante disso, as metodologias qualitativas de investigação por diagnóstico rápido surgem como solução para este problema, uma vez que conseguem levantar informações subjetivas, crenças e percepções das populações em projetos de extensão e pesquisa^{5,7}.

Objetivos

Apesar de muito se encontrar sobre o modo de vida ribeirinho, as relações de gênero nestes contextos e até mesmo estudos sobre percepção de risco em grupos rurais, não foram identificados trabalhos que abordem a percepção de risco com mulheres ribeirinhas nas condições aqui apresentadas. Portanto este estudo objetivou avaliar a percepção de risco de mulheres que trabalham na produção artesanal de farinha e que vivem em uma comunidade ribeirinha do Amazonas, e a possível relação com saúde funcional, bem como rastrear queixas de desconforto corporal e identificar o acesso a serviços de saúde local.

Metodologia

Este é um estudo qualitativo exploratório do tipo estudo de caso, e constitui-se parte do “Estudo sobre a sustentabilidade das tecnologias sociais no desenvolvimento do trabalho da agricultura familiar em comunidades tradicionais na Amazônia” – do “Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação)” da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

População

Conforme estudos anteriores do grupo Inter-Ação, optou-se por realizar pesquisa na “Comunidade São Lázaro” - município de Caapiranga-AM, localizada às margens do Grande Lago de Manacapuru. Atualmente esta comunidade é formada por 40 famílias, somando 130 pessoas que moram em 35 casas⁸. O município de Caapiranga, por sua vez, é composto por 10.975 habitantes, sendo 53,1% moradores da área rural (ribeirinhos), com sede situada à margem esquerda do Rio Solimões e tem acesso somente por via fluvial (133 km até a capital)⁹.

O grupo estudado é composto por mulheres da comunidade que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: residir há, pelo menos, 3 anos na comunidade supracitada; ser maior de 18 anos; participar de todo o processo de produção artesanal da farinha, e aceitar participar da pesquisa a partir de assinatura do “Termo de Compromisso Livre e Esclarecido e Termo de Anuência”.

Caminho Metodológico

A primeira fase foi composta por pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico. Nesta etapa foram construídos os instrumentais (roteiros para entrevistas) utilizados na pesquisa de campo.

Na segunda fase foi realizada uma viagem até a comunidade São Lázaro, onde foram realizadas as entrevistas individuais para obter informações sobre os aspectos que envolvem a relação entre as mulheres e o processo de produção artesanal da farinha, e a compreensão de temas como saúde, risco e segurança. Também foi feito reconhecimento dos locais de trabalho e áreas comuns da comunidade para conhecer um pouco sobre o contexto ambiental e social da comunidade. Todas as entrevistas foram gravadas para posterior análise de conteúdo.

Na terceira fase foi feita a transcrição dos áudios, seguida de análise das falas a partir de uma perspectiva fenomenológica. Este método trata-se da vivência do fenômeno manifesto nas descrições gravadas e transcritas pelo pesquisador que, em suas análises, passa a atribuir significados a tais transcrições¹⁰.

O financiamento da viagem foi custeado pelo CNPq, via edital 014/2014, para embarcações e demais gastos, e a pesquisa recebeu aprovação pelo Comitê de Ética sob o Certificado de Apresentação para Apreciação (CAAE) nº 54702016.9.0000.5020 e Parecer nº 1.529.032.

Resultados e Discussões

A observação in loco e a análise das transcrições das entrevistas realizadas individualmente com 6 mulheres que atenderam aos critérios propostos ofereceram importantes dados a respeito do modo de vida, do trabalho e das expectativas deste grupo de ribeirinhas em relação à produção artesanal da farinha de mandioca. O conteúdo encontrado foi dividido em três categorias principais aqui descritas e analisadas de forma interpretativa.

Categoria 1 – Rotina

Ao estudar a rotina das mulheres ribeirinhas envolvidas na produção artesanal de farinha, percebe-se que o ritmo de vida está intimamente ligado com as etapas que compõem a produção nas quais estão envolvidas: queimada, coivara, plantio, limpeza do campo/capina, colheita, transporte até a casa de farinha, limpeza da mandioca, molho, moagem, prensa, peneira e forno. Este processo dura de nove a doze meses até que se chegue ao produto final e, dependendo da etapa em que estiverem trabalhando, a jornada diária poderá terminar mais cedo ou ainda levar à necessidade de permanecerem trabalhando sem pausas do início da manhã até o fim da tarde. Outro fator determinante diz respeito ao fato delas estarem sempre trabalhando com mais de um campo de plantação ao mesmo tempo. Isso significa que enquanto estão limpando um terreno para que a semente cresça saudável, em outro já estão na fase de colher ou ainda em outro podem já estar torrando a farinha para a venda. Portanto, as tarefas não são sempre as mesmas, conforme se observa:

[...] quando a gente tá fazendo a farinha aí às vezes a gente termina uma hora de cascar e não vai mais não. Agora, quando a gente tá na capina, a gente vai de manhã quando chega faz as coisas e aí três hora vai de novo. Tem vez que nem aguenta até às cinco. (M1)

Cinco hora a gente já tá lá. Então acorda mais cedo, toma café e vai pra casa de farinha. Aí até se for três saco, vamo dizer, três saco de farinha a gente vai o dia todinho só num forno e ainda fica pro outro dia. Só volta quando é seis hora da tarde e ia a gente chega em casa. (M4)

A necessidade de adaptação da rotina às condições da natureza e da produção não é específica da produção de farinha, é na verdade própria de muitos grupos agrícolas, uma vez que dependem das condições de clima e solo para obtenção de seus produtos. O solo de várzea oferece boas condições de plantio sem necessidade de fertilizantes, no entanto, os períodos de alagamento que essas regiões enfrentam limitam o tempo de trabalho nesses

campos levando à necessidade de cultivo de diversas áreas ao mesmo tempo e, conseqüentemente, o desempenho de diferentes atividades concomitantemente¹.

Além das atividades de plantação, as mulheres também são responsáveis pelos cuidados com a casa e os filhos, caracterizando uma dupla jornada de trabalho. Diante das diversas tarefas diárias em casa e no campo, o dia precisa iniciar bem cedo e é sujeito a mudanças frequentes, de acordo com as necessidades do dia. Esta flexibilidade permite que elas consigam realizar todas as funções que lhes cabem: agricultoras, donas de casa, esposas e mães.

Umás seis hora que eu levanto. Aí faz o café, toma e vai pro roçado. Aí quando é nove hora a gente vem [...] aí eu chego e vou limpar a casa, lavar louça, fazer tudo... Voltamo três hora e fica até cinco hora. [...] Aí chega e faz a janta.” (M1)

A gente levanta cedo, toma café e vai embora pra roça... Umás seis da manhã, aí onze hora retornava. Quando era uma hora ia de novo e umas quatro e meia, cinco hora tava vindo embora. (M6)

A participação da mulher no sustento da família vem crescendo em todas as esferas. No entanto, pouco ainda se tem de estudos a respeito desta mudança social entre grupos menores, como as ribeirinhas por exemplo. Um estudo realizado com pescadores ribeirinhos em Ji-Paraná-RO mostrou mais mulheres vivenciando a dupla jornada de trabalho a fim de colaborar na manutenção da casa. Prosenewicz e Lippi¹¹ afirmaram que além destas mulheres precisarem lidar com as atividades domésticas e a preocupação ao deixar os filhos sozinhos em casa enquanto saíam para trabalhar, elas ainda vivenciavam todos os problemas pertinentes ao ofício.

Durante a visita à comunidade São Lázaro, notou-se o quanto o trabalho com a produção de farinha pode ser exaustivo e desgastante. No entanto, a maioria das entrevistadas relatou que o faz por sentir realização neste serviço, seja pelo prazer na tarefa em si, pela expectativa em poder alimentar a si e aos seus com esta produção, ou ainda na venda da produção que lhes possibilitará contribuir para suprir as necessidades da família.

Eu gosto! Eles ficam com raiva... “mas essa mulher não se aquieta...” (o marido diz). Às vezes quando eu chego daqui, ainda vou alimpar lá por casa e no terreno. Eu gosto de fazer esse serviço! Capinar que nem eu tava capinando ali, eu gosto gosto de capinar! É um serviço que eu gosto de fazer... (M2)

Fico realizada, porque tipo assim né... A farinha é uma coisa que ela pode tá baixo o preço, mas a hora que você vende você recebe [...] A gente vende a hora que chega né?! Recebe paga só as dívida e já vamo pra casa. (M3)

Esta realização no serviço mostra o quanto a mulher se sente valorizada e útil nesta relação íntima com a terra. Neves e Medeiros¹² explicam que o trabalho com a terra complementa a mulher camponesa e a torna desalienada, pois a leva para além das barreiras do serviço doméstico no núcleo familiar. O seu trabalho produz frutos e tem retorno positivo, tornando-as parte importante para o desenvolvimento econômico da sua comunidade.

No entanto, algumas mulheres disseram não sentir prazer algum na atividade, relataram que não tem opção de trabalho melhor e o fazem por mera necessidade: *Ah, faz porque tem que fazer. Gostar mesmo? Não é muito bom não o trabalho da gente. Faz porque é o jeito, não tem outra coisa mesmo pra gente fazer...* (M1). O posicionamento destas mulheres revela uma característica comum em populações ribeirinhas: a falta ou pouca perspectiva de mudança de vida. Existem algumas razões para este pensamento como a distância que os separa dos grandes centros urbanos inviabilizando o conhecimento de outras possibilidades de sustento, ou ainda a submissão à liderança dos maridos. Em contextos como este, o homem decide para onde a família irá e com o que trabalhará. A esposa e os filhos o seguem confiando na sua decisão e juntos trabalham para ter o seu sustento¹.

Este traço tão próprio da comunidade explica a razão desta atividade estar presente na vida ribeirinha há tanto tempo. A tradição do ofício é sempre levada à frente, e as crianças são ensinadas desde muito pequenas, isso contribui para que todas elas conheçam o funcionamento do trabalho. Em alguns casos, quando crescem, continuam trabalhando nos campos de plantação da família, em outros cuidam da casa e dos irmãos menores enquanto as mães permanecem nos campos de plantação. Contudo, verificou-se que esta atividade vem diminuindo, pois muitos não têm interesse em continuá-la, querem ir para os municípios estudar e tentar uma vida diferente.

Elas tudo já sabem, até essa pequenininha aí ó (apontando para uma criança). Ela planta, joga a maniva. A gente leva eles pro estudo de manhã, daí vai só eu e meu esposo, aí a tarde vai todo mundo, que já tem saído da aula né. Já vai trabalhar pra ver o sacrifício... (M4)

Aí quando eles já começava a andar, já levava até pra roça [...] eles foram criado trabalhando na roça. Eu colocava um em cima do outro e eles iam pra casa de farinha,

torrar. E eles ainda trabalha. As menina que foram embora pra Manacapuru [...] mas eles diz assim que eles já enjoaram né?! Mas eles trabalham ainda. (M6)

O desinteresse dos mais novos por esta atividade pode ser explicado pela possibilidade de estudo que esta geração tem com a vinda da escola para a comunidade, permitindo que as crianças e adolescentes vislumbrem novas possibilidades de futuro, com formação superior e exercendo outra profissão nos municípios mais próximos. No entanto, essa realidade conflita com a necessidade de ajuda que o trabalho requer. Camacho¹⁴ afirma que para a família camponesa a melhor fase é quando os filhos crescem e podem colaborar de igual modo nos trabalhos, aliviando a carga dos pais e fortalecendo a produção.

De certo, muitos obstáculos são identificados ao longo da produção. O trabalho por sua natureza já apresenta dificuldades, mas existem ainda outros fatores externos que tornam esta atividade mais árdua, como a seca que aumenta as distâncias a serem percorridas até os campos de plantação, a ausência da força masculina e as altas temperaturas nos fornos de farinha, conforme foram relatados:

Aqui, o problema maior é a seca né? O mais difícil é quando tá seco porque é muito distante pra gente fazer aquele serviço. Agora a gente tá indo... A gente foi de canoa e encostemo no porto da casa de farinha. Daqui pro final desse mês a gente vai ter que ir andando daqui lá e dá uns vinte, trinta minuto. E aí, essa é a dificuldade maior da gente aqui é na seca né?! (M2)

E às vez a gente vamo trabalhar só eu e uma das menina, e tem coisa que é difícil da gente fazer sem ser ajuda do marido da gente né? Daí fica dificultoso aquilo né, a gente não tem força pra tá carregando um peso maior. (M3)

Ave Maria, é o trabalho todo quase, né [...] O mais difícil mesmo é torrar. Porque é o dia todinho em pé no calor, você não pode parar não. (M4)

As mulheres enfrentam estas condições todos os dias. Alencar³ concorda que a situação da mulher é agravada pelas características do trabalho mais pesado que elas desenvolvem sozinhas na produção artesanal de farinha. Elas precisam se adaptar as realidades naturais, enfrentar seus temores pessoais e ainda criar maneiras de viabilizar os trabalhos, uma vez que não podem contar sempre com a presença dos maridos que desenvolvem outras atividades na comunidade, e tampouco tem apoio do poder público.

Diante de tantos desafios enfrentados na lida diária, as mulheres se contentam com muito pouco para se divertir, pois não existem muitas atividades de lazer ou descontração dentro de suas comunidades. A vida ribeirinha é pacata e repetitiva, todavia, elas sempre buscam algumas pequenas maneiras de distração em meio aos dias de trabalho, seja nos grupos de bate-papo, nas poucas horas de energia quando podem assistir televisão, ou nos jogos de futebol entre as comunidades, como relatam:

Ninguém tem folga não. A folga da gente é sábado e domingo. E sábado porque tem esses campeonatos, tem jogo e sempre eles (apontando para o marido) vão e a gente acompanha, que a gente quer ir, mas quando não tem nada só o que a gente tem é trabalho. (M2)

De noite assiste uma televisãozinha e vai dormir... nove horas, nove e meia... Hora que o motor de luz apaga nós vai dormir. (M1)

Os relatos de falta de tempo e poucas opções de descanso e diversão parecem ser comuns entre trabalhadores rurais. Um estudo realizado com produtores de flores mostrou relatos de que esse era um dos principais pontos negativos em relação ao trabalho¹³. Em São Lázaro, no entanto, apesar de também se queixarem das poucas opções de descanso que desfrutam, as ribeirinhas parecem se conformar com o estilo de vida que levam. Não se percebe o desejo de saírem dali ou a necessidade de fazer algo diferente, se enraizaram em seus costumes e modos de viver.

Categoria 2 – Risco

No desempenho de suas funções durante a produção da farinha, as mulheres veem-se em inúmeras situações de risco que estão presentes em todos os momentos e podem interferir na rotina de trabalho, impedindo-as de prosseguir com a produção. Acidentes com instrumentos de trabalho como cortes com terçado, ataques de animais peçonhentos e ou selvagens como cobras, escorpiões e onças, frequentemente são citados e temidos:

Eu acho que um risco é assim uma cobra morder a gente, no mato quando a gente tá capinando [...] Um escorpião picar a gente. (M1)

É uma mordida de cobra, é um golpe grande que teje botando muito sangue, é um pau cair em cima da cabeça da gente [...] Às vez a gente vai de manhã pro roçado, aí volta... Quando é de tarde que a gente vai no outro dia, ela (a onça) já tem apanhado pau ou pelo

menos tem passado. Ela gatanha o pau todinho assim como quem diz assim: se tu passar por aqui mais outra vez eu vou te pegar. (M4)

A identificação de fatores de risco por parte destas mulheres parece estar sempre atrelada ao que lhes foi transmitido pelos antepassados, aos eventos de impacto visual, como a presença de animais selvagens que lhes leva a adequação da rotina para evitar possíveis ataques. Essa realidade concorda com o que diz Wiedemann (1993, p.3 apud Peres *et al* 2005, p.1837)⁵ sobre a influência dos saberes tradicionais na percepção de possíveis danos à saúde e na maneira de administrá-los.

Durante as atividades comumente experimentam situações de grande desconforto e tem sua saúde prejudicada por diversas razões. Relatos de dores de cabeça e vertigens estão sempre relacionados à exposição ao calor nos fornos das casas de farinha e, principalmente, às longas horas expostas aos raios solares nos campos de plantação: *Quando eu fico muito tempo no sol começa a me dar tonteira, uma quentura no meu corpo que se não tiver uma água pra eu jogar em cima de mim é arriscado até eu morrer debaixo do sol. (M1)*

Os acidentes durante o uso de suas ferramentas de trabalho são corriqueiros entre estas mulheres e as lesões podem ser cortes pequenos e superficiais ou ainda lacerações profundas com perda temporária da função de algum segmento, em especial dos membros inferiores.

Eu lembro que uma vez eu tava trabalhando lá, eu e uma menina pequena, e eu levei um golpe capinando [...] Na hora que eu me cortei eu não consegui ficar em pé. Aí eu me tremendo lá e com medo de ter ficado... De desmunhecar isso aqui (apontando para o tendão calcâneo), né? Diz que quando corta esse nervo aqui a gente não consegue andar. Aí minha filha era pequena e veio chamar o irmão dela e eles me trouxeram. Fiquei mais ou meno uma semana sem conseguir trabalhar. (M2)

Da mesma forma, durante o período menstrual, não param ou reduzem o ritmo e a carga dos trabalhos. Esta realidade concorre para que elas sofram os sintomas deste período com muito mais intensidade, podendo surgir situações graves que requeiram a ida até profissionais de saúde para auxiliá-las: *Teve um tempo que eu tava nos meus tempo e eu fui arrancar uma mandioca. Nesse tempo aí deu tipo uma hemorragia em mim né e eu fui bater em Manacapuru (município mais próximo da comunidade). Acho que isso aí foi uma prejudicação da roça né?... Porque eu tava doente e não podia fazer muita força e eu fui trabalhar né e isso aí me prejudicou. Passei foi tempo doente. (M3)*

Ainda que tenham vivido tantos eventos de mal estar e acidentes de trabalho, as mulheres de São Lázaro continuam realizando o trabalho nas mesmas condições e estão sujeitas a riscos importantes que desconhecem e com os quais não terão como lidar de imediato em sua comunidade. Alencar³ afirma que em comunidades ribeirinhas o serviço de saúde pública é muitas vezes falho ou ineficiente porque não atende as necessidades específicas de cada população. Em São Lázaro não é diferente, a comunidade tem um posto construído, no entanto permanece fechado e sem a atuação de profissionais de saúde para atender os comunitários. O hospital mais próximo fica a cerca de três horas de barco, logo, entende-se que, em casos emergenciais, não haverá tempo hábil para que recebam o atendimento necessário. Essa distância abre margem para que procurem, na medida do possível, se tratar na própria comunidade, sem os cuidados específicos para cada situação, o que concorre para a sugestiva piora na sua condição de saúde.

Outro fator importante são as fortes dores no corpo que as mulheres alegam sentir durante os trabalhos. Coluna, membros superiores e inferiores são constantemente afetados e sofrem sérios incômodos. Em alguns casos elas pausam a atividade que estão executando para fazer algum tipo de alongamento a fim de amenizar o desconforto, e em outros são obrigadas a parar o serviço e ir para casa porque não conseguem lidar com tamanha dor que sentem. Existem ainda situações em que precisam parar no caminho para que retomem as forças e consigam chegar a casa, onde tomam medicamentos e descansam até que a dor se vá.

Muita dor na minha coluna, nos meus quarto e dor nos braço. Isso aqui da gente (apontando para a lombar), passa o dia todinho em pé aí a gente vai sentar, você não consegue sentar assim pra você relaxar. Você tem que sentar primeiro assim, aí com muitas hora que você vai relaxar a sua coluna. (M4)

Ah, às vez quando é nos meus quarto eu começo a fazer assim né (mostrando movimento) e vai indo vai indo... E quando melhora eu vou pra casa tomar um remédio... (M3)

Se tiver Dipirona eu tomo, ou uma Diclofenaco. A gente vem embora da roça, ninguém aguenta não a dor nos quarto. (M4)

Na observação do desenvolvimento das tarefas para a produção da farinha, nota-se que os quadros álgicos, muito mencionados, podem ser indicativos de debilidades físicas que as trabalhadoras possam ter desenvolvido ao longo dos anos no exercício das atividades. Esta ideia concorda com resultados de estudos realizados com pescadores de RO, onde

Prosenewicz e Lippi¹¹ verificaram que as dores na coluna, nas pernas e musculares eram as mais frequentes e estavam ligadas ao exercício da função ao longo dos anos. No entanto, as mulheres em São Lázaro não demonstram uma percepção clara quanto aos riscos funcionais que as cargas sustentadas e os movimentos realizados podem lhes causar. Considerando ainda que a Comunidade não conta com a atuação local de enfermeiros ou médicos, o uso de medicamentos paliativos se torna cada vez mais comum, dificultando assim a identificação de algum problema de saúde que possa estar em desenvolvimento.

Outra situação que merece atenção é a fase de gravidez. Quando questionadas sobre o assunto, a maioria destas ribeirinhas afirmou que continuava o serviço da produção de farinha normalmente. Muitas sentiam dores ou desconfortos, mas isso não as impedia de continuar as atividades. Algumas tiveram problemas na gestação, houve casos de perda de bebês, mas a grande parte continuava os trabalhos até que chegasse a hora do parto.

Mas! Arrancava mandioca, carregava pra casa de farinha... Fazia era tudo! Só me dava muita quentura e mexia muito na barriga da gente. Dava agonia né?! Tinha vez que não, que ele pegava tanta quentura que ele ficava bem quietinho [...] às vez a gente errava o mês e quando pensava que não, já tava sentindo dor e ia parir aqui mesmo. (M4)

Só não ia no dia que já tava sentindo dor! Eu tive problema. Porque eu tive sete filho de tempo e cinco foi aborto. As outra minha que não durava, eu começava a perder sangue, muito sangue... assim que as criança morria tudinho afogada naquilo. Aí me levavam pra Manacapuru, mas uma vez eu fiquei aqui mesmo, mas quando me levava eu ia perdendo muito sangue e quando nascia a criança já vinha morta né. Morria afogada naquele sangue. (M5)

As declarações das ribeirinhas confirmam que em São Lázaro, assim como em muitas comunidades, a gravidez não é encarada como limitador de função da mulher, a menos que se tenha risco evidenciado como quadros de pressão alta ou em mulheres com idade avançada. Fraxe et al¹ afirma que em comunidades ribeirinhas é comum a mulher seguir com todos os serviços domésticos e de produção agrícola sem atenuação da carga de trabalho. No entanto, fica evidenciada a necessidade de uma cautela com relação à fase gestacional, com risco de agravos e até a morte do bebê como foi relatado.

Categoria 3 – Segurança

Ao pesquisar sobre a situação em que as mulheres iam trabalhar, verificou-se que na preparação para a ida aos campos de plantação, algumas mulheres se equipam de materiais muito simples, e algumas vezes nem os utilizam. Os mais mencionados foram: chapéu, para proteger do sol; botas para as longas caminhadas em terrenos alagados e para proteção de acidente com terçado e mordidas de cobra; e, comum a todas, é o uso de um “pauzinho”. Trata-se de um pedaço pequeno de galho que elas utilizam para abrir o mato quando vão limpar o terreno. Dessa forma, as mãos estarão mais protegidas contra cortes, bem como mordidas e picadas de animais peçonhentos.

Bota a gente usa sempre pra ir pro roçado. A luva, eu não sei trabalhar com luva, vou logo dizer... Pra mim, se eu trabalhar com luva eu solto o terçado. (M3)

Vou só com a sandália mesmo e chapéu na cabeça. (M6)

Esse pauzinho é pra ajudar, porque tem gente que capina com a mão né, e é danado pra se cortar. Muita gente, às vez a cobra pula né, pega na mão da pessoa. (M2)

Apesar de considerarem importante o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) como luvas, botas e máscaras para lhes proteger dos acidentes com instrumentos de trabalho e animais peçonhentos, nem sempre são utilizados. Podem existir algumas explicações como o custo financeiro para a aquisição, o incômodo causado diante das altas temperaturas e a própria dificuldade em realizar o trabalho com o uso deles. Assim, a maioria usa apenas o chapéu e o pauzinho, utensílios com os quais estão acostumadas e dos quais não abrem mão, e aprendem a lidar com os problemas quando estes surgirem, corroborando com Recena e Caldas⁷ que afirmam uma conformação e vulnerabilidade do indivíduo que não utiliza EPI's diante dos riscos.

As mulheres entrevistadas têm suas próprias convicções a respeito da segurança, e atribuem esta condição a dois fatores preponderantes: a presença do marido e a fé. Elas afirmam que se sentem muito mais seguras quando os maridos as acompanham. Essa presença lhes garante que mesmo que algum perigo (onça, por exemplo) se aproxime, terão maiores chances de sobreviver, conforme relataram:

Sentir segura é quando eu vou com meu esposo pro roçado, né? Porque tem muita onça. (M4)

A segurança é assim quando a gente vai pra roça que o marido da gente também vai. Por mais que não resolva nada, naquela hora a gente se acha que segura né? Porque se aparecer uma onça aqui ele vai enfrentar e dá tempo de eu correr né? (M5)

É só se pegar com o homem lá de cima mesmo. Quem vai fazer esse trabalho tem que se pegar com ele mesmo e pedir proteção pra que nada aconteça. (M2)

Dado o fato do crescimento da emancipação feminina e sua participação igualitária no sustento do lar, é interessante notar neste grupo ainda os traços da necessidade da presença masculina ao lado da mulher para lhe assegurar a confiança durante o desempenho de suas atividades. Estas mulheres não negam suas responsabilidades e nem diminuem seu potencial de trabalho, mas ainda assim se veem frágeis e carentes da segurança propiciada pelo marido e fortalecida pela sua fé.

Considerações Finais

Este trabalho analisou o comportamento e as percepções de risco de um grupo de mulheres ribeirinhas da Amazônia frente às diversas situações que vivem diariamente na produção artesanal de farinha, respeitando as tradições e conhecimento empírico recebido de seus antepassados. Dentre os principais achados estão queixas de dor e desconforto físico, os acidentes no manejo das ferramentas de trabalho, os episódios de ataques de animais nos campos de plantação, o aumento da jornada de trabalho em algumas fases da produção e a própria rotina de carga dobrada que elas vivem a fim de administrar o lar e a produção de farinha, e a falta de serviço de saúde presente na comunidade que exige um deslocamento de horas para o município mais próximo a fim de receberem atendimento qualificado quando necessitarem.

Assim, diante dos resultados levantados, foi evidenciada a realidade de mulheres que apresentam alguma clareza sobre determinadas situações de risco, no entanto, esta percepção parece não ser suficiente para que sejam tomadas atitudes práticas para diminuir a sua exposição a estes riscos, seja pelo sentimento de impotência diante dos aspectos naturais que são imutáveis, o desconhecimento da dimensão dos prejuízos físicos que podem sofrer ou ainda a falta de clareza sobre maneiras de evitar os males. Estas constatações trazem à luz algumas medidas que se fazem necessárias como discussões com estas mulheres sobre a dimensão dos diversos riscos associados à produção de farinha e as formas de se preservarem

durante as atividades, o investimento do poder público para a melhoria das condições de trabalho nesta produção bem como a adequação do serviço de saúde de maneira que as mulheres de São Lázaro e suas famílias possam ser atendidas dentro da sua comunidade, seja para iniciativas de prevenção como para tratamento de saúde, e até mesmo socorro imediato em eventuais acidentes que possam ocorrer.

Referências

1. Fraxe TJP et al, organizadores. Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: Edua, 2007.
2. Fraxe TJP. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.
3. Alencar EF. Gênero, políticas públicas e sustentabilidade social na várzea do Alto Solimões, AM. Fazendo gênero. Florianópolis, v.8, 2008.
4. Tinoco MM. A relação saúde/doença no processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde: uma revisão de literatura [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública; 2015.
5. Peres F, et al. Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola no Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. Cad Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.21, n.6, p.1836-1844, Nov/Dez, 2005.
6. Dallagnol FS. Percepção de segurança dos trabalhadores em uma empresa florestal [Monografia de Especialização]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2013.
7. Recena M, Caldas E. Percepção de risco, atitudes e práticas no uso de agrotóxicos entre agricultores de Culturama, MS. Rev Saúde Pública, v.42, n.2, p. 294-301, 2008.
8. Silva TS. Cultura e organização sociopolítica das mulheres ribeirinhas em comunidades amazônicas: um estudo de caso na comunidade e São Lázaro em Caapiranga/AM [Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social]. Manaus: Universidade Federal do Amazonas; 2015.
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Dados demográficos*. Disponível em www.ibge.gov.br
10. Graças EM. Pesquisa qualitativa e a perspectiva fenomenológica: fundamentos que norteiam sua trajetória. Rev Min Enf, v.4, p.28-33, Jan/Dez, 2000.

11. Prosenewics I, Lippi UG. Acesso aos serviços de saúde, condições de saúde e exposição aos fatores de risco: percepção dos pescadores ribeirinhos do Rio Machado de Ji-Paraná, RO. *Saúde Soc. São Paulo*, v.21, n.1, p.219-231, 2012.
12. Neves DP, Medeiros LS, organizadores. *Mulheres camponesas; trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa; 2013.
13. Gasparini MF, Freitas CM. Trabalho rural, saúde e ambiente: as narrativas dos produtores de flor frente aos riscos socioambientais. *Ambiente e Sociedade*, v.XVI, n.3, p.23-44, Jul/Set, 2013.
14. Camacho RS. Algumas considerações acerca do modo de vida camponês. *X Fórum ambiental da Alta Paulista*, v. 10, n.10, p.1-16, 2014.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MULHERES QUE TRABALHAM NA PRODUÇÃO ARTESANAL DE FARINHA

Data: _____

Nº da entrevista: _____

I. DADOS GERAIS

- a. Nome:
- b. Idade:
- c. Data de Nascimento:
- d. Estado civil:
- e. Número de filhos:
- f. Escolaridade:
- g. Benefícios sociais:

II. SOBRE A PRODUÇÃO DA FARINHA

- Como acontece a produção de farinha na comunidade? Quem faz e quais as etapas?
- Como é o seu dia de trabalho, desde quando acorda até a hora de você voltar para casa e dormir?
- Você se sente bem/feliz fazendo esse trabalho?
- O que você espera que seu trabalho com a produção de farinha traga de bom para você e para a sua comunidade?

III. CONCEITOS DE SAÚDE, RISCO E SEGURANÇA.

- O que você entende sobre
 - Saúde:
 - Doença:
 - Risco:
 - Segurança:

IV. PERCEPÇÕES DE RISCO

- O que você acha que é um problema ou que dificulta muito o seu trabalho?
- O seu trabalho com a produção da farinha já te causou algum problema de saúde? Se sim, como foi isso? Isso é frequente?
- Que tipo de coisas você faz para melhorar quando sente alguma dor ou desconforto durante o trabalho?

ANEXO 2

REVISTA ESCOLHIDA: CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA

INSTRUÇÕES PARA AUTORES

Cadernos de Saúde Pública/Reports in Public Health (CSP) publica artigos originais com elevado mérito científicos que contribuem com o estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins. Desde janeiro de 2016, a revista adota apenas a versão on-line, em sistema de publicação continuada de artigos em periódicos indexados na base SciELO. Recomendamos aos autores a leitura atenta das instruções antes de submeterem seus artigos a CSP.

1. CSP ACEITA TRABALHOS PARA AS SEQUENTES SEÇÕES

1.1 – Perspectivas: análises de temas conjunturais, de interesse imediato, de importância para a Saúde Coletiva (máximo de 1.600 palavras);

1.2 – Debate: análise de temas relevantes do campo da Saúde Coletiva, que é acompanhado por comentários críticos assinados por autores a convite das Editoras, seguida de resposta do autor do artigo principal (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações);

1.3 – Espaço Temático: seção destinada à publicação de 3 a 4 artigos versando sobre tema comum, relevante para a Saúde Coletiva. Os interessados em submeter trabalhos para essa Seção devem consultar as Editoras;

1.4 – Revisão: revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à Saúde Coletiva, máximo de 8.000 palavras e 5 ilustrações. Toda revisão sistemática deverá ter seu protocolo publicado ou registrado em uma base de registro de revisões sistemáticas como por exemplo o PROSPERO (<http://www.crd.york.ac.uk/prospero/>); as revisões sistemáticas deverão ser submetidas em inglês;

1.5 – Ensaio: texto original que desenvolve um argumento sobre temática bem delimitada, podendo ter até 8.000 palavras;

1.6 – Questões Metodológicas: artigos cujo foco é a discussão, comparação ou avaliação de aspectos metodológicos importantes para o campo, seja na área de desenho de estudos, análise de dados ou métodos qualitativos (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações); artigos sobre instrumentos de aferição epidemiológicos devem ser submetidos para esta Seção, obedecendo preferencialmente as regras de Comunicação Breve (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);

1.7 – Artigo: resultado de pesquisa de natureza empírica (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações). Dentro dos diversos tipos de estudos empíricos, apresentamos dois exemplos: artigo de pesquisa etiológica na epidemiologia e artigo utilizando metodologia qualitativa;

1.8 – Comunicação Breve: relatando resultados preliminares de pesquisa, ou ainda resultados de estudos originais que possam ser apresentados de forma sucinta (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);

1.9 – Cartas: crítica a artigo publicado em fascículo anterior de CSP (máximo de 700 palavras);

1.10 – Resenhas: resenha crítica de livro relacionado ao campo temático de CSP, publicado nos últimos dois anos (máximo de 1.200 palavras).

NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS

1 – CSP publica somente artigos inéditos e originais, e que não estejam em avaliação em nenhum outro periódico simultaneamente. Os autores devem declarar essas condições no processo de submissão. Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o artigo será desconsiderado. A submissão simultânea de um artigo científico a mais de um periódico constitui grave falta de ética do autor.

2 – Serão aceitas contribuições em Português, Inglês ou Espanhol.

3 – Notas de rodapé, de fim de página e anexos não serão aceitos.

4 – A contagem de palavras inclui somente o corpo do texto e as referências bibliográficas, conforme orientado abaixo.

5 – Todos os autores dos artigos aceitos para publicação serão automaticamente inseridos no banco de consultores de CSP, se comprometendo, portanto, a ficar à disposição para avaliarem artigos submetidos nos temas referentes ao artigo publicado.

FONTES DE FINANCIAMENTO

1 – Os autores devem declarar todas as fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.

2 – Fornecedores de materiais ou equipamentos, gratuitos ou com descontos, também devem ser descritos como fontes de financiamento, incluindo a origem (cidade, estado e país).

3 – No caso de estudos realizados sem recursos financeiros institucionais e/ou privados, os autores devem declarar que a pesquisa não recebeu financiamento para a sua realização.

CONFLITO DE INTERESSES

1 – Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse, incluindo interesses políticos e/ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais e/ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

COLABORADORES

1 – Devem ser especificadas quais foram as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

2 – Lembramos que os critérios de autoria devem basear-se nas deliberações do ICMJE, que determina o seguinte: o reconhecimento da autoria deve estar baseado em contribuição substancial relacionada aos seguintes aspectos: 1. Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; 3. Aprovação final da versão a ser publicada; 4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra. Essas quatro condições devem ser integralmente atendidas.

AGRADECIMENTOS

1 – Possíveis menções em agradecimentos incluem instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo, mas que não preencheram os critérios para serem coautores.

REFERÊNCIAS

1 – As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (p. ex.: Silva¹). As referências citadas somente em tabelas e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto. As referências citadas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos (Requisitos Uniformes para Manuscritos Apresentados a Periódicos Biomédicos). Não serão aceitas as referências em nota de rodapé ou fim de página.

2 – Todas as referências devem ser apresentadas de modo correto e completo. A veracidade das informações contidas na lista de referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

3 – No caso de usar algum software de gerenciamento de referências bibliográficas (p.ex.: EndNote), o(s) autor(es) deverá(ão) converter as referências para texto.

NOMENCLATURA

1 – Devem ser observadas as regras de nomenclatura zoológica e botânica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.

ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1 – A publicação de artigos que trazem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996, 2000 e 2008), da Associação Médica Mundial.

2 – Além disso, deve ser observado o atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada.

3 – Artigos que apresentem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos deverão conter uma clara afirmação deste cumprimento (tal afirmação deverá constituir o último parágrafo da seção Métodos do artigo).

4 – Após a aceitação do trabalho para publicação, todos os autores deverão assinar um formulário, a ser fornecido pela Secretaria Editorial de CSP, indicando o cumprimento integral de princípios éticos e legislações específicas.

5 – O Conselho Editorial de CSP se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

PROCESSO DE SUBMISSÃO ONLINE

1 – Os artigos devem ser submetidos eletronicamente por meio do sítio do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS), disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/index.php> .

2 – Outras formas de submissão não serão aceitas. As instruções completas para a submissão são apresentadas a seguir. No caso de dúvidas, entre em contato com o suporte sistema SAGAS pelo e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

3 – Inicialmente o autor deve entrar no sistema SAGAS. Em seguida, inserir o nome do usuário e senha para ir à área restrita de gerenciamento de artigos. Novos usuários do sistema SAGAS devem realizar o cadastro em "Cadastre-se" na página inicial. Em caso de esquecimento de sua senha, solicite o envio automático da mesma em "Esqueceu sua senha? Clique aqui".

4 – Para novos usuários do sistema SAGAS. Após clicar em "Cadastre-se" você será direcionado para o cadastro no sistema SAGAS. Digite seu nome, endereço, e-mail, telefone, instituição.

ENVIO DO ARTIGO

1 – A submissão *on-line* é feita na área restrita de gerenciamento de artigos <http://cadernos.enp.fiocruz.br/csp/index.php>. O autor deve acessar a "Central de Autor" e selecionar o link "Submeta um novo artigo".

12.2 – A primeira etapa do processo de submissão consiste na verificação às normas de publicação de CSP. O artigo somente será avaliado pela Secretaria Editorial de CSP se cumprir todas as normas de publicação.

3 – Na segunda etapa são inseridos os dados referentes ao artigo: título, título resumido, área de concentração, palavras-chave, informações sobre financiamento e conflito de interesses, resumos e agradecimentos, quando necessário. Se desejar, o autor pode sugerir potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que ele julgue capaz de avaliar o artigo.

4 – O título completo (no idioma original do artigo) deve ser conciso e informativo, e conter, no máximo, 150 caracteres com espaços.

5 – O título resumido poderá ter máximo de 70 caracteres com espaços.

6 – As palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5 no idioma original do artigo) devem constar na base da Biblioteca Virtual em Saúde BVS.

7 – Resumo. Com exceção das contribuições enviadas às seções Resenha, Cartas ou Perspectivas, todos os artigos submetidos deverão ter resumo no idioma original do artigo, podendo ter no máximo 1.700 caracteres com espaço. Visando ampliar o alcance dos artigos publicados, CSP publica os resumos nos idiomas português, inglês e espanhol. No intuito de garantir um padrão de qualidade do trabalho, oferecemos gratuitamente a tradução do resumo para os idiomas a serem publicados.

8 – Agradecimentos. Possíveis agradecimentos às instituições e/ou pessoas poderão ter no máximo 500 caracteres com espaço.

9 – Na terceira etapa são incluídos o(s) nome(s) do(s) autor(es) do artigo, respectiva(s) instituição(ões) por extenso, com endereço completo, telefone e e-mail, bem como a colaboração de cada um. O autor que cadastrar o artigo automaticamente será incluído como autor de artigo. A ordem dos nomes dos autores deve ser a mesma da publicação.

10 – Na quarta etapa é feita a transferência do arquivo com o corpo do texto e as referências.

11 – O arquivo com o texto do artigo deve estar nos formatos DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text) e não deve ultrapassar 1MB. 12 – O texto deve ser apresentado em espaço 1,5cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.

13 – O arquivo com o texto deve conter somente o corpo do artigo e as referências bibliográficas. Os seguintes itens deverão ser inseridos em campos à parte durante o processo de submissão: resumos; nome(s) do(s) autor(es), afiliação ou qualquer outra informação que identifique o(s) autor(es); agradecimentos e colaborações; ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

14 – Na quinta etapa são transferidos os arquivos das ilustrações do artigo (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas), quando necessário. Cada ilustração deve ser enviada em arquivo separado clicando em "Transferir".

15 – Ilustrações. O número de ilustrações deve ser mantido ao mínimo, conforme especificado no item 1 (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

16 – Os autores deverão arcar com os custos referentes ao material ilustrativo que ultrapasse esse limite.

17 – Os autores devem obter autorização, por escrito, dos detentores dos direitos de reprodução de ilustrações que já tenham sido publicadas anteriormente.

18 – Tabelas. As tabelas podem ter até 17cm de largura, considerando fonte de tamanho 9. Devem ser submetidas em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text). As tabelas devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e devem ser citadas no corpo do mesmo. Cada dado na tabela deve ser inserido em uma célula separadamente, e dividida em linhas e colunas.

19 – Figuras. Os seguintes tipos de figuras serão aceitos por CSP: Mapas, Gráficos, Imagens de Satélite, Fotografias e Organogramas, e Fluxogramas.

20 – Os mapas devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics). Nota: os mapas gerados originalmente em formato de imagem e depois exportados para o formato vetorial não serão aceitos.

21 – Os gráficos devem ser submetidos em formato vetorial e serão aceitos nos seguintes tipos de arquivo: XLS (Microsoft Excel), ODS (Open Document Spreadsheet), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

22 – As imagens de satélite e fotografias devem ser submetidas nos seguintes tipos de arquivo: TIFF (Tagged Image File Format) ou BMP (Bitmap). A resolução mínima deve ser de 300dpi (pontos por polegada), com tamanho mínimo de 17,5cm de largura. O tamanho limite do arquivo deve ser de 10Mb.

23 – Os organogramas e fluxogramas devem ser submetidos em arquivo de texto ou em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format), ODT (Open Document Text), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

24 – As figuras devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e devem ser citadas no corpo do mesmo.

25 – Títulos e legendas de figuras devem ser apresentados em arquivo de texto separado dos arquivos das figuras.

26 – Formato vetorial. O desenho vetorial é originado a partir de descrições geométricas de formas e normalmente é composto por curvas, elipses, polígonos, texto, entre outros elementos, isto é, utilizam vetores matemáticos para sua descrição.

27 – Finalização da submissão. Ao concluir o processo de transferência de todos os arquivos, clique em "Finalizar Submissão".

28 – Confirmação da submissão. Após a finalização da submissão o autor receberá uma mensagem por e-mail confirmando o recebimento do artigo pelos CSP. Caso não receba o e-mail de confirmação dentro de 24 horas, entre em contato com a secretaria editorial de CSP por meio do e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO

13.1 – O autor poderá acompanhar o fluxo editorial do artigo pelo sistema SAGAS. As decisões sobre o artigo serão comunicadas por e-mail e disponibilizadas no sistema SAGAS.

13.2 - O contato com a Secretaria Editorial de CSP deverá ser feito através do sistema SAGAS.

14. ENVIO DE NOVAS VERSÕES DO ARTIGO

14.1 – Novas versões do artigo devem ser encaminhadas usando-se a área restrita de gerenciamento de artigos <http://www.ensp.fiocruz.br/csp/> do sistema SAGAS, acessando o artigo e utilizando o link "Submeter nova versão".

15. PROVA DE PRELO

15.1 – A prova de prelo será acessada pelo(a) autor(a) de correspondência via sistema (<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/aceso/login>). Para visualizar a prova do artigo será necessário o programa Adobe Reader ou similar. Esse programa pode ser instalado.